

**PROGRAMA DE APOIO AO AGROEXTRATIVISMO E AOS POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS**

**PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA
SOCIOBIODIVERSIDADE**

FABIO WESLEY DE MELO

Sistematização e avaliação das ações realizadas no âmbito do Plano de Ação
Governamental da Cadeia Produtiva do Babaçu em 2012: Produto 6

PNUD/BRA/08/012

TDR Nº 136140

CONTRATO Nº 2011/000550

Brasília

2013

Sumário

1	Introdução	1
2	Contextualização	2
3	Critérios utilizados para a avaliação das ações realizadas	3
4	Análise da execução das ações presentes no Plano de Ação.....	4
4.1	Análise das ações presentes no Desafio - Mercado.....	4
4.2	Análise das ações presentes no Desafio – Organização Social e Econômica	8
4.3	Análise das ações presentes no Desafio – Políticas Públicas e Serviços de Apoio.....	12
4.4	Análise das ações presentes no Desafio - Erradicação da Pobreza Extrema	15
4.5	Análise Das ações presentes no Desafio – Comunicação.....	17
4.6	Análise das ações presentes no Desafio – Diretrizes para Sustentabilidade	18
4.7	Análise das ações previstas no Desafio – Gestão do PNPSB	19
5	Análise da atuação dos Grupos de Ação por Estado	22
6	Análise dos avanços e/ou retrocessos em relação aos gargalos identificados na cadeia produtiva	25
7	Análise comparativa entre a situação da cadeia antes e depois da implementação do Plano de Ação.....	27
8	Apresentação de sugestões para a continuidade do Plano de Ação	29
9	Análise dos prazos, estrutura, condições de trabalho e outros, a respeito da consultoria.....	30

1 Introdução

Este documento apresenta o Produto 6 (seis), da Consultoria prestada para o Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e Comunidades Tradicionais (Projeto BRA/08/012) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) do Governo Brasileiro.

Refere-se à “Sistematização e avaliação das ações realizadas no âmbito do Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva do Babaçu em 2012”, contendo:

1. Critérios utilizados para a avaliação das ações realizadas;
2. Análise da execução das ações presentes no Plano de Ação;
3. Análise da atuação dos Grupos de Ação por Estado;
4. Análise dos avanços e/ou retrocessos em relação aos gargalos identificados na cadeia produtiva;
5. Análise comparativa entre a situação da cadeia antes e depois da implementação do Plano de Ação;
6. Apresentação de sugestões para a continuidade do Plano de Ação;
7. Análise dos prazos, estrutura, condições de trabalho e outros assuntos, a respeito da consultoria.

Executada sob a orientação da Gerência de Agroextrativismo, do Departamento de Extrativismo (DEX), da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), do Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA), os objetivos desta consultoria, durante o ano de 2012, foram o desenvolvimento de análises e estudos para subsidiar a Secretaria Executiva e a Coordenação do PNPSB na gestão de suas ações; a operacionalização e o monitoramento dos Planos de Ação da Cadeia Produtiva do Babaçu, sistematização e avaliação das ações propostas, no âmbito do Governo Federal e dos Estados prioritários; e o assessoramento técnico para as Câmaras Técnicas da Sociobiodiversidade desses Estados.

2 Contextualização

Os trabalhos desta consultoria iniciaram formalmente, com a assinatura do contrato em 22/12/2011, com vigência até 28/09/2012, quando o contrato foi aditado para 28/01/2013. Em razão da assinatura do contrato durante o período de recesso do final de ano de 2011 e férias de janeiro de 2012, os trabalhos iniciaram de fato, em fevereiro de 2012.

Na execução dos trabalhos foram produzidos os seguintes documentos técnicos:

- **Produto 1:** Relatório Técnico de avaliação do andamento das ações do Plano Nacional da Sociobiodiversidade realizadas no ano de 2010, referente ao plano de ação para a cadeia do Babaçu, contendo atividades, responsáveis, prazos e encaminhamentos para cada ação proposta junto aos gargalos identificados (entregue em março de 2012);
- **Produto 2:** Relatório sobre o andamento do processo de definição do modelo tecnológico para o aproveitamento integral do coco babaçu (entregue em maio de 2012);
- **Produto 3:** Relatório técnico de análise e proposição que subsidie a Coordenação do PNPSB sobre a regulamentação do uso sustentável da produção e transporte do carvão do coco babaçu (entregue em agosto de 2012);
- **Produto 4:** Relatório Técnico de avaliação da constituição e do andamento das instâncias de gestão constituídas pelos estados do TO, MA, PI e CE para a cadeia produtiva do Babaçu e sua integração à estratégia do Governo Federal (entregue em novembro de 2012);
- **Produto 5:** Relatório Técnico de avaliação do andamento dos planos de ação dos Estados do Ceará, Maranhão, Piauí e Tocantins, e sua integração à estratégia do Governo Federal (entregue em dezembro de 2012).

Todos os documentos acima referidos são parte integrante deste **Produto 6**, de forma que subsidiaram e complementam as análises e estudos realizados na execução deste trabalho. Tais documentos jamais poderiam ser elaborados, sem a colaboração dos parceiros (pessoas e instituições) que cooperaram com a estratégia do PNPSB.

O Plano de Ação 2011-2014 foi o norteador da estratégia deste trabalho, as instâncias de gestão do PNPSB para a cadeia produtiva do babaçu foram priorizadas, contatadas e animadas para a ação, bem como a participação da sociedade e demais organizações envolvidas.

3 Critérios utilizados para a avaliação das ações realizadas

Todo o trabalho foi orientado com base na metodologia de pesquisa-ação-participante, ou seja, pesquisa voltada para a ação, neste caso, visando a execução da estratégia pensada para o fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu, com a participação dos principais elos da cadeia produtiva nos Arranjos Produtivos Locais (APL) e nos órgãos governamentais integrantes das instâncias de gestão dos Estados prioritários.

Nesse sentido, a estratégia de fortalecimento da Cadeia Produtiva do babaçu é o Plano de Ação para o Fortalecimento das Cadeias Produtivas do PNPSB 2011-2014 (PNPSB, 2011), que se configura como principal documento orientador para a avaliação das ações realizadas em 2012.

Além do Plano de Ação supracitado, também subsidiam e orientam as análises, estudos e articulações realizadas durante os trabalhos desta consultoria, conforme relatado nos Produtos de 1 a 5:

- O Plano de Ação para a cadeia produtiva do babaçu 2010;
- Os relatórios dos Seminários do PNPSB e dos eventos específicos da cadeia produtiva do babaçu;
- A metodologia *Value Links Biodiversidade*;
- Demais bibliografias específicas.

Conforme descrito no Produto 1 (Melo, 2012): “...foi proposto um novo plano de ação para o período 2011/2014”, “na forma de um planejamento integrado para todas as cadeias produtivas da sociobiodiversidade”; ou seja, as ações de fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu foram inseridas em um planejamento único para todas as cadeias, contendo desafios e metas gerais (para todas as cadeias) e específicos (por cadeia).

Nesse sentido, a avaliação do andamento das ações realizadas em 2012 para o fortalecimento da Cadeia Produtiva do babaçu foi feita com base no Plano de Ação vigente (2011-2014 - **Erro! Fonte de referência não encontrada.**), a partir da análise da execução ou não de suas metas, considerando os desafios estratégicos, ações e indicadores (PNPSB, 2011).

4 Análise da execução das ações presentes no Plano de Ação

O Planejamento estratégico do PNPSB para o período 2011-2014 possui ações específicas para o fortalecimento da Cadeia Produtiva do babaçu, e ações gerais que podem ou não ter interface com a cadeia produtiva do babaçu. As ações específicas são as mesas do Plano de Ação anterior, de 2010, mas nem todas foram inseridas no atual e algumas deixaram de existir, o que dificulta a análise de informações específicas para o babaçu.

De qualquer forma, a partir do plano de ação vigente, será feita a análise da execução das ações voltadas especificamente para o fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu, a partir da análise das metas específicas, e das metas gerais que possam ser relacionadas com a estratégia voltada para o babaçu.

Antes de proceder com a análise, cabe ressaltar que em 2012 não aconteceram reuniões de Coordenação do PNPSB com o objetivo de analisar e revisar a execução do Plano de Ação 2011-2014, bem como não existiu a Secretaria Executiva, e de forma geral, mesmo que individualmente, os parceiros do PNPSB (CONAB, MDA, MDS e MMA) não acompanharam ou inseriram informações de suas execuções na planilha de monitoramento do Plano de Ação, o que também dificulta a análise das metas gerais que podem ser aplicadas à estratégia específica de fortalecimento da Cadeia Produtiva do babaçu.

4.1 Análise das ações presentes no Desafio - Mercado

Objetivo: Garantir que os produtos cheguem ao mercado institucional e diferencial interno e externo.

Meta 1: Promover o acesso ao mercado para 100 mil famílias de PCTAFs, atingindo um valor de R\$ 80 milhões.

Observação: As ações previstas nesta meta, que podem ser aplicadas para o fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu, estão relacionadas com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

- **Atividade 1.1:** Implementar 2 novos projetos NUTRE/PNAE na região Norte.

Entidade responsável: MDA.

Prazo: jan-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 1.2:** Sistematizar avanços e desafios na execução dos projetos PNAE nas regiões Norte e Nordeste.

Entidade responsável: MDA.

Prazo: jan-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 1.3:** Aumentar em 50% a participação dos produtos da sociobiodiversidade no PAA-CPR Estoque.

Entidade responsável: MDA.

Prazo: jan-dez/2011.

Análise:

- Em 2012 não houve operação de PAA-CPR Estoque com produtos derivados de babaçu, nos estados prioritários para a Cadeia Produtiva. As operações concentraram-se no PAA Doação simultânea-CONAB, conforme descrito na Atividade 1.5, analisada a seguir.

- **Atividade 1.4:** Promover a participação dos PCTAF em feiras e projetos de comercialização.

Entidade responsável: MDA.

Prazo: jan-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 1.5:** Acompanhar as operações da PGPM-Bio, PAA e PNAE.

Entidade responsável: MDA.

Prazo: jan-dez/2011.

Análise:

- Em 2012, no PAA Doação simultânea-CONAB foram negociados R\$ 243.963,00, em produtos derivados de babaçu, perfazendo um total de 38.980 kg (Tabela 1).

Tabela 1: Produtos derivados de babaçu, no PAA CONAB 2012 (MDS, 2013)

Produto	Brasil		CE		MA		PI		TO		MT		RO	
	R\$	KG	R\$	KG	R\$	KG	R\$	KG	R\$	KG	R\$	KG	R\$	KG
azeite de babaçu	86.872,00	18.339	0	0	51.226,00	13.086	19.470,00	3.245	16.176,00	2.008	0	0	0	0
castanha de babaçu	81.319,00	11.706	0	0	68.679,00	9.991	7.960,00	995	0	0	4.680,00	720	0	0
cocada de babaçu	600	50	0	0	0	0	0	0	600	50	0	0	0	0
coco de babaçu	11.652,00	2.560	0	0	492	328	0	0	0	0	11.160,00	2.232	0	0
farinha de babaçu	8.300,00	1.320	0	0	0	0	0	0	3.400,00	340	4.900,00	980	0	0
flocos de babaçu	5.720,00	880	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.720,00	880
sorvete de mesocarpo de babaçu	49.500,00	4.125	0	0	49.500,00	4.125	0	0	0	0	0	0	0	0
total	243.963,00	38.980	0	0	169.897	27.530	27.430	4.240	20.176	2.398	20.740	3.932	5.720	880

- No Ceará não houve venda para o PAA; no Maranhão foi negociado o maior volume (27.530 kg); no Piauí foram 4.240 kg; no Mato grosso foram 3.932 kg; no Tocantins

foram 2.398 kg; e em Rondônia foram 880 kg (Tabela 1).

- Em 2012, foram negociados 15.144 kg de produtos derivados de babaçu no PAA Doação simultânea-CONAB, num valor total de R\$ 96.598,50 (Tabela 2).
- Entre os estados prioritários, no Ceará e no Tocantins não foram registradas vendas; no Maranhão foi negociado o maior volume, 8.923 kg; no Piauí foram 3.670 kg; no Mato Grosso foram 1.995 kg; e em Rondônia foram 556 kg (Tabela 2).

Tabela 2: Produtos derivados de babaçu, no PAA CONAB 2012 (MDS, 2013)

Produto	Brasil		CE		MA		PI		TO		MT		RO	
	R\$	KG	R\$	KG	R\$	KG	R\$	KG	R\$	KG	R\$	KG	R\$	KG
azeite de babaçu	63.291,00	10.457	0	0	41.271,00	6.787	22.020,00	3.670	0	0	0	0	0	0
castanha de babaçu	24.869,50	3.667	0	0	11.502,00	1.672	0	0	0	0	13.367,50	1.995	0	0
farinha de babaçu	4.628,00	630	0	0	1.358,00	194	0	0	0	0	0	0	3.270,00	436
flocos de babaçu	840,00	120	0	0	0,00	0	0	0	0	0	0	0	840	120
sorvete de mesocarpo de babaçu	2.970,00	270	0	0	2.970,00	270	0	0	0	0	0	0	0	0
total	96.598,50	15.144	0,00	0	57.101,00	8.923	22.020,00	3.670	0,00	0	13.367,50	1.995	4.110,00	556

- No comparativo entre 2011 e 2012, de forma geral, o volume de produtos derivados de babaçu negociados no PAA diminuiu em 61,14% (Tabela 3).
- A maior queda aconteceu no Tocantins onde não foram registradas operações do PAA; no Maranhão a queda foi de 67,58%; no Mato Grosso a queda foi de 49,26%; em Rondônia a queda foi de 36,81%; e no Piauí a queda foi de 13,44% (Tabela 3).

Tabela 3: Relação entre o volume de derivados de babaçu negociados no PAA entre 2011 e 2012 (MDS, 2013)

Produto	Brasil		CE		MA		PI		TO		MT		RO	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
azeite de babaçu	18.339	10.457	0	0	13.086	6.787	3.245	3.670	2.008	0,00	0		0	0
castanha de babaçu	11.706	3.667	0	0	9.991	1.672	995		0	0	720	1.995	0	0
cocada de babaçu	50	0	0	0	0		0		50	0	0		0	0
coco de babaçu	2.560	0	0	0	328		0		0	0	2.232		0	0
farinha de babaçu	1.320	630	0	0	0	194	0		340	0,00	980		0	436
flocos de babaçu	880	120	0	0	0		0		0	0	0		880	120
sorvete de mesocarpo de babaçu	4.125	270	0	0	4.125	270	0		0	0	0		0	0
total	38.980	15.144	0	0	27.530	8.923	4.240	3.670	2.398	0	3.932	1.995	880	556
Relação entre 2011 e 2012	↓61%		0		↓67%		↓13%		↓100%		↓49%		↓36%	

Legenda: ↓ = Queda

-
- No que se refere à PGPM, a subvenção extrativista para amêndoas de babaçu em 2011 foi de R\$ 416.745,78, para o volume de 829.806 kg (Tabela 4).
 - Em 2012 houve aumento significativo do valor da subvenção que foi de R\$ 1.071.217,71 (aumento de aproximadamente 157%), correspondentes ao volume atendido de 1.772.999 kg, ou seja, aumento de 113% do volume atendido em 2012 com relação a 2011 (Tabela 4).

Tabela 4: Operações de subvenção de amêndoas de babaçu na PGPM-Bio em 2011 e 2012

UF	2011			2012		
	Quant.(kg)	Valor(R\$)	Nº Extrativistas	Quant.(kg)	Valor(R\$)	Nº Extrativistas
Maranhão	815.402	410.398,52	3639	1.669.697	1.016.344,87	7996
Piauí	2.779	1.000,26	12	0	0,00	0
Ceará	11.625	5.347,00	16	103.302	54.872,84	79
Subtotal	829.806	416.745,78	3.667	1.772.999	1.071.217,71	8075

- Com relação ao PNAE, a consulta dos resultados junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), só pode ser feita por estado, selecionando um município de cada vez, o que inviabilizar a coleta e sistematização de dados referentes à comercialização de produtos derivados de babaçu.
- Independente deste aspecto, os dados disponíveis no FNDE referem-se apenas aos montantes executados em R\$, sem referência ao tipo de produto comprado para atender à demanda dos estabelecimentos escolares.
- Considerando o exposto, é impossível sistematizar dados específicos de produtos derivados de babaçu comprados no âmbito do PNAE.
- **Atividade 1.6:** Operar PAA cumprindo o Manual de Operações da CONAB (MOC).

Entidade responsável: CONAB

Prazo: jan-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*
- **Atividade 1.7:** Operar PGPM-Bio mediante o MOC.

Entidade responsável: CONAB

Prazo: jan-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*
- **Atividade 1.8:** Realizar 4 estudos sobre custos de coleta para a inclusão de novos produtos na pauta da PGPM-Bio.

Entidade responsável: CONAB

Prazo: jan-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

-
- **Atividade 1.9:** Realizar 4 estudos sobre custos de produção e preços praticados em distintas regiões do país, subsidiando a definição de preços de referência (PGPAF) a serem observados no PAA, na PGPM-Bio e no PNAE.

Entidade responsável: CONAB

Prazo: jan-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 1.10:** Promover capacitações para PCTAFs sobre os instrumentos das políticas PAA, PGPM-Bio e PNAE.

Entidade responsável: CONAB

Prazo: jan-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- As capacitações, apenas para o PAA, têm sido realizadas por intermédio de ambiente de aprendizagem virtual à distância, no seguinte endereço eletrônico:
<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/oficinasead/login/>

- **Atividade 1.11:** Realizar acompanhamento, supervisão e monitoramento das operações realizadas (ver itens 1.6, 1.7 e 1.10).

Entidade responsável: CONAB

Prazo: jan-dez/2011.

Análise: vide a análise das ações 1.6, 1.7 e 1.10.

- **Atividade 1.12:** Ampliar a renda de 100 mil famílias de PCTAFs através do acesso aos mercados institucionais e diferenciados.

Entidade responsável: MDA

Prazo: jan-dez/2011.

Análise:

- Conforme descrito na análise da atividade 1.5, a ampliação da renda dos PCTAF tem acontecido com o acesso aos mercados institucionais do PAA, da PGPM e do PNAE.

- **Atividade 1.13:** Construir estratégia de acesso dos PCT ao PAA.

Entidade responsável: MDS

Prazo: ago-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

4.2 Análise das ações presentes no Desafio – Organização Social e Econômica

Objetivo: Fortalecer a organização social e econômica de PCTAF.

Meta 2: Contemplar a sociobiodiversidade na elaboração da Política de Organização Econômica da Agricultura Familiar.

- **Atividade 2.1:** Acompanhar a elaboração da política.

Entidade responsável: MDA

Prazo: jan-dez/2011.

Análise:

- O acompanhamento da elaboração da política em 2012 foi feito, no caso dos trabalhos desta consultoria, a partir do assessoramento técnico aos estados prioritários, relatados nos produtos de 1 a 5, visando promover o debate entre os atores da cadeia produtiva no âmbito das câmaras técnicas estaduais.
- Além do apoio desta consultoria, em 2012 houve também o apoio de consultoria específica para assessorar os Arranjos Produtivos Locais (APL) do babaçu no Médio Mearim/MA, e do Babaçu e Pequi no Sul do Ceará (Oliveira, 2012).
- **Atividade 2.2:** Abastecer de informações relacionadas à sociobiodiversidade aos gestores.

Entidade responsável: MDA

Prazo: jan-dez/2011.

Análise:

- No âmbito dos trabalhos desta consultoria, todos os produtos foram formatados e entregues para servirem de referência sobre o andamento da estratégia.
- Todos os produtos foram enviados para disponibilização no Portal do PNPSB, no sítio eletrônico do MDA.

Meta 3: Apoiar os 43 empreendimentos do Talentos do Brasil Rural.

- Atividade 3.1 Reunir trimestralmente com coordenação do Talentos do Brasil Rural para atualizações das atividades.

Entidade responsável: MDA

Prazo: mar, ago e nov/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 4: Trabalhar em cooperação com a GIZ para estabelecer PSE.

- **Atividade 4.1:** Realizar estudos sobre as cadeias da borracha e da copaíba.

Entidade responsável: MMA

Prazo: abr-jul/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 4.2:** Construir diretrizes para a borracha.

Entidade responsável: MMA

Prazo: abr-mai/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 4.3:** Elaborar e monitorar PSEs (Perito Nacional GIZ).

Entidade responsável: MMA

Prazo: mai-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 5: Garantir que os articuladores locais e facilitadores nacionais apóiem 17 APLs no acesso às políticas de apoio aos mercados institucionais e diferenciados.

- **Atividade 5.1:** Contratar 3 facilitadores nacionais.

Entidade responsável: MMA

Prazo: mai-jun/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- No que se refere aos dois APL de babaçu, foi contratado um consultor para a articulação no nível local, conforme descrito na análise da atividade 2.1.

Meta 6: Beneficiar 3.000 famílias com a chamada pública de projetos para aplicação da metodologia de assistência técnica em gestão, produção e comercialização – MAT GESTÃO.

- **Atividade 6.1:** Apoiar a SAF/MDA na busca de empreendimentos a serem capacitados na metodologia.

Entidade responsável: MMA

Prazo: mar-jun/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 6.2:** Acompanhar a capacitação dos empreendimentos selecionados.

Entidade responsável: MMA

Prazo: abr-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- 6.3 Reunir com equipe MAT Gestão para acompanhamento da tramitação da chamada pública.

Entidade responsável: MDA

Prazo: mar-jun/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- 6.4 Acompanhar a chamada trimestralmente.

Entidade responsável: MDA

Prazo: jun, set e dez/2011.

-
- Análise: **Esta atividade não é objeto desta consultoria.**

Meta 7: Elaborar perfis agroindustriais para 10 produtos da Sociobiodiversidade.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

- **Atividade 7.1:** Realizar reunião com a equipe de Agroindústria (MDA) para levantar informações sobre produtos da sociobiodiversidade que serão inseridos nos perfis.

Entidade responsável: MDA

Prazo: mar-jun/2011.

Análise: **Esta atividade não é objeto desta consultoria.**

- **Atividade 7.2:** Definir quais os 10 produtos da sociobiodiversidade são prioritários para esta atividade.

Entidade responsável: MDA

Prazo: jul-ago/2011.

Análise: **Esta atividade não é objeto desta consultoria.**

- **Atividade 7.3:** Definir responsáveis.

Entidade responsável: MDA

Prazo: ago-set/2011.

Análise: **Esta atividade não é objeto desta consultoria.**

- **Atividade 7.4:** Verificar cronograma de elaboração e entrega de 2 dos perfis.

Entidade responsável: MDA

Prazo: ago-set/2011.

Análise: **Esta atividade não é objeto desta consultoria.**

- **Atividade 7.5:** Revisar modelo tecnológico de quebra do coco babaçu enviado pela Embrapa.

Entidade responsável: MMA

Prazo: ,ar-jul/2011.

Análise:

- No que se refere à definição de modelos tecnológicos para o aproveitamento integral do coco babaçu, conforme descrito no Produto 2, entre 18 e 20 de abril de 2012 aconteceu a Oficina de Trabalho sobre os “Modelos Tecnológicos para aproveitamento integral do coco babaçu” onde foi feita a revisão do modelo, conforme as orientações da EMBRAPA.
- Apesar da revisão dos modelos tecnológicos e das contribuições dos extrativistas e especialistas que participaram do evento, o processo de adequação de modelos tecnológicos é lento e específico às realidades de cada localidade, o que dificulta a definição de padrões e sua divulgação. Dessa forma, as adequações de modelos não

podem ser estabelecidas em metas do PNPSB e tão pouco definidas apenas pela EMBRAPA. Deve-se envolver outras instituições e formalizar parcerias para o desenvolvimento dessas tecnologias.

- **Atividade 7.6:** Organizar reunião com Embrapa e demais parceiros para fazer as devidas adequações ao modelo tecnológico.

Entidade responsável: MMA

Prazo: abr-jul/2011.

Análise: vide a análise da atividade 7.5.

- **Atividade 7.7:** Divulgar novo modelo tecnológico.

Entidade responsável: MMA

Prazo: ago/2011.

- **Análise:** vide a análise da atividade 7.5
-

4.3 Análise das ações presentes no Desafio – Políticas Públicas e Serviços de Apoio

Objetivo: Ampliar o acesso às políticas públicas aos PCTAFs (DAP, REB, ATER, PRONAF).

Meta 8: Promover o acesso aos serviços de apoio para 130 mil famílias até 2014.

- **Atividade 8.1:** Levantar número de PCTAFs beneficiários da ATER.

Entidade responsável: MDA

Prazo: mar-jul/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 8.2:** Levantar número de PCTAFs beneficiários do PRONAF.

Entidade responsável: MDA

Prazo: mar-jul/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 8.3:** Atuar e acompanhar a emissão de DAPs.

Entidade responsável: MDA

Prazo: jun-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 8.4:** Levantar a quantidade de DAPs emitidas.

Entidade responsável: MDA

Prazo: jun-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

-
- **Atividade 8.5:** Apoiar o acesso de 17 APIs às políticas de ATER e crédito por meio de articuladores locais e facilitadores nacionais.

Entidade responsável: MMA

Prazo: jun-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 8.6:** Monitorar a emissão de 10.000 DAPs pelo MIQCB, CNS e REB pelo ICMBio

Entidade responsável: MMA

Prazo: jun-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 9: *Promover o acesso de 500 empreendimentos a instrumentos, políticas e ferramentas de fomento à comercialização.*

- **Atividade 9.1:** Acompanhar a implementação e sistematizar os avanços e desafios dos Projetos de Gestão (MAT) do Cerrado e da Caatinga.

Entidade responsável: MDA

Prazo: mar-jul/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 9.2:** Elaborar banco de dados de empreendimentos da sociobiodiversidade beneficiados.

Entidade responsável: MDA

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 9.3:** Identificar os empreendimentos da sociobiodiversidade não contemplados pelas políticas e desenvolver estratégias de inclusão.

Entidade responsável: MDA

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 10: *Implementar a Rede de Serviços dos Produtos da Sociobiodiversidade.*

- **Atividade 10.1:** Definir instituições da Rede de Serviços e cadastrar novas instituições.

Entidade responsável: MDA

Prazo: jul-set/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 10.2:** Organizar e realizar encontro da Rede no primeiro semestre.

Entidade responsável: MDA

Prazo: jul-set/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 10.3:** Organizar e realizar encontro da Rede no segundo semestre.

Entidade responsável: MDA

Prazo: set-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 10.4:** Implementar o portal como instrumento de comunicação da Rede de Serviços.

Entidade responsável: MDA

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- O portal está funcionando como instrumento de comunicação da rede de serviços, gestores públicos e extrativistas, desde 2010, no seguinte endereço eletrônico:

http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/planonacionaldepromoodosprodutosdasociobiodiversidade/one-community?page_num=0

- **Atividade 10.5:** Organizar e realizar capacitação virtual sobre Políticas Públicas de Apoio à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade.

Entidade responsável: MDA

Prazo: jul-set/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 11: Definir marco legal para regramento diferenciado de apoio a projetos de PCTAF.

- **Atividade 11.1:** Adequar as questões tributárias para a sociobiodiversidade.

Entidade responsável: MDA

Prazo: jul-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 11.2:** Adequar as questões sanitárias para a sociobiodiversidade.

Entidade responsável: MDA

Prazo: jul-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 11.3:** Adequar as questões ambientais para a sociobiodiversidade.

Entidade responsável: MDA

Prazo: jul-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 12: Gerar dados sobre o número de empreendimentos que tiveram acesso às políticas previstas no PNPSB que são operadas pela Conab.

-
- **Atividade 12.1:** Geração de dados mensais no PAA (SIGEST) e PGPMBio (relatório mensal – sítio da CONAB).

Entidade responsável: CONAB

Prazo: jul-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

4.4 Análise das ações presentes no Desafio - Erradicação da Pobreza Extrema

Objetivo: Erradicar a extrema pobreza da sociobiodiversidade.

Meta 13: Beneficiar 2.000 famílias com a execução dos projetos PNAE na região nordeste e norte.

- **Atividade 13.1:** Acompanhar os projetos Nutre Nordeste e Norte.

Entidade responsável: MMA

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 13.2:** Diagnosticar a demanda por produtos da sociobiodiversidade para serem inseridos na alimentação escolar.

Entidade responsável: MMA

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 14: Beneficiar 10.000 famílias com acesso ao PAA e PGPM-Bio.

- **Atividade 14.1:** Acompanhar as operações do PAA e PGPM-BIO.

Entidade responsável: MDA

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 15: Garantir documentação básica para 3.500 pessoas (PCTAFs) dos municípios priorizados no PNPSB.

- **Atividade 15.1:** Acompanhar os projetos do CNS e MIQCB.

Entidade responsável: MMA

Prazo: mar-jun/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 15.2:** Diagnosticar a demanda de documentação básica nos APLs, definir e implementar estratégia de emissão.

Entidade responsável: MMA

Prazo: mar-jun/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 16: Emitir 5.000 DAPs aos extrativistas dos municípios priorizados pelo PNPSB.

- **Atividade 16.1:** Diagnosticar a demanda de DAP nos APLs, definir e implementar estratégia de emissão.

Entidade responsável: MMA

Prazo: jun-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 16.2:** Ampliar o número de instituições emissoras de DAPs extrativistas.

Entidade responsável: MMA

Prazo: jun-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 16.3:** Articular e apoiar eventos de emissão de DAPs extrativistas.

Entidade responsável: MMA

Prazo: jun-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 17: Capacitar 200 Agentes de Desenvolvimento Rural em Políticas Públicas de Apoio à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade, incluindo módulos de certificação.

- **Atividade 17.1:** Capacitar agentes de desenvolvimento rural no apoio à comercialização de produtos da sociobiodiversidade.

Entidade responsável: MMA

Prazo: jun-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 18: Apoiar 1 APL quilombola em região de extrema pobreza na Bahia.

- **Atividade 18.1:** Captar recursos para o apoio a um APL quilombola em região de extrema pobreza.

Entidade responsável: MMA

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 18.2:** Apoiar a implementação do plano de ação do APL quilombola.

Entidade responsável: MMA

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 18.3:** Escrever, publicar edital e contratar projeto em um APL quilombola.

Entidade responsável: MMA

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 19: Gerar estimativas anuais sobre o número de famílias com renda abaixo de R\$ 70,00 que tiveram acesso às políticas previstas no PNPSB que são operadas pela Conab.

- **Atividade 19.1:** Preparação de sistema para trabalhar o banco de dados de operacionalização da PGPM-Bio e PAA.

Entidade responsável: CONAB

Prazo: jan-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

4.5 Análise Das ações presentes no Desafio – Comunicação

Objetivo: Dar visibilidade às ações e resultados da sociobiodiversidade e implementar o Selo da Sociobiodiversidade.

Meta 20: Ter 250 empreendimentos com o Selo da Sociobiodiversidade (Detalhamento: 200 organizações de PCTAFs e 50 empresas).

- **Atividade 20.1:** Finalizar minuta de criação do selo e publicar o marco legal.

Entidade responsável: MMA

Prazo: mar-set/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 20.2:** Criar estrutura interna para análise da demanda e concessão do selo.

Entidade responsável: MMA

Prazo: set-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 21: Elaborar e implementar estratégia de comunicação da sociobiodiversidade.

- **Atividade 21.1:** Definir e implementar a estratégia de comunicação do selo.

Entidade responsável: Coordenação do PNPSB

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- 21.2 Definir e implementar a estratégia de comunicação das diretrizes de manejo.

Entidade responsável: MMA

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

-
- 21.3 Definir e implementar a estratégia de comunicação interna e externa das ações do Plano.

Entidade responsável: Coordenação do PNPSB

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

4.6 Análise das ações presentes no Desafio - Diretrizes para Sustentabilidade

Objetivo: Proporcionar renda com a floresta em pé.

Meta 22: *Elaborar diretrizes técnicas para boas práticas de manejo de 17 PFNM.*

- **Atividade 22.1:** Realizar oficinas para definição das diretrizes.

Entidade responsável: MMA

Prazo: abr-jun/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 22.2:** Realizar reunião para nivelamento e definição conjunta sobre as consultas públicas e publicação das diretrizes.

Entidade responsável: MMA

Prazo: abr/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 22.3:** Realizar consultas públicas para a validação das diretrizes.

Entidade responsável: MMA

Prazo: mai-jun/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 22.4:** Publicar as diretrizes técnicas.

Entidade responsável: MMA

Prazo: jun-ago/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 22.5:** Definir e implementar a estratégia de difusão das diretrizes.

Entidade responsável: MMA

Prazo: mai-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 23: *Criar sistemática de apuração de área utilizada pelos PCTAFs atendidos pelo PNPSB.*

- **Atividade 23.1:** Definir e pactuar a metodologia de apuração de áreas utilizadas pelos
-

PCTAFs em UCs do SNUC, territórios quilombolas e indígenas, assentamentos diferenciados e outras regiões.

Entidade responsável: MMA

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 23.2:** Elaborar sistema de monitoramento participativo de áreas utilizadas pelos PCTAFs (utilizar a partir de 2012).

Entidade responsável: MMA

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 23.3:** Oferecer parâmetros de produtividade para obtenção de dados sobre as áreas preservadas pelo extrativismo apoiadas pelas políticas previstas no PNPSB.

Entidade responsável: CONAB

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 24: Capacitar 200 agentes de ATER em boas práticas de manejo para contribuir na renda/conservação.

- Atividade 24.1: Capacitar técnicos e extrativistas para implementação das diretrizes.

Entidade responsável: CONAB

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

4.7 Análise das ações previstas no Desafio – Gestão do PNPSB

Objetivo: Coesão intra e entre instituições

Meta 25: Criar Câmara Nacional da Sociobiodiversidade.

- **Atividade 25.1:** Oficializar a criação da Câmara Nacional.

Entidade responsável: Secretaria Executiva do PNPSB.

Prazo: mar-set/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 25.2:** Realizar encontro da Câmara Nacional.

Entidade responsável: Secretaria Executiva do PNPSB.

Prazo: set-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 26: Ter a sociobiodiversidade nos eixos estratégicos, programas e ações de 100% das instituições da Coordenação do PNPSB.

- **Atividade 26.1:** Sistematizar os programas, ações das Instituições que compõem a coordenação do PNPSB.

Entidade responsável: Secretaria Executiva do PNPSB.

Prazo: mar-jun/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 26.2:** Desenvolver articulação interna para que a sociobiodiversidade seja internalizada - MDA e órgãos vinculados.

Entidade responsável: MDA.

Prazo: jun-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 26.3:** Elaborar agenda de encontros da Coordenação do PNPSB.

Entidade responsável: Secretaria Executiva do PNPSB.

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 26.4:** Desenvolver articulação interna para que a sociobiodiversidade seja internalizada - MMA e órgãos vinculados.

Entidade responsável: MMA.

Prazo: jun-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

- **Atividade 26.5:** Criar estrutura específica para operação e acompanhamento das políticas para PCTAFs nas SUREGs.

Entidade responsável: CONAB.

Prazo: mar-dez/2011.

Análise: *Esta atividade não é objeto desta consultoria.*

Meta 27: Ter a sociobiodiversidade em planos, programas, ações e com recursos previstos em 10 estados prioritários.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

- **Atividade 27.1:** Articular com os Estados a implementação das ações do PNPSB.

Entidade responsável: Secretaria Executiva do PNPSB.

Prazo: mar-dez/2011.

Análise:

- Conforme descrito nos produtos anteriores, apenas a articulação com o Estado do

-
- Tocantins aconteceu conforme o planejado, com reuniões periódicas, discussão do Plano de Ação e participação de seus representantes em eventos;
- No Piauí foi possível realizar apenas uma reunião, e no Maranhão e Ceará, não foi possível articular a estratégia.
- 27.2 Articular participação da Delegacia do MDA, INCRA e articuladores SDT nas instâncias de governança dos estados.
- Entidade responsável:** Secretaria Executiva do PNPSB.
- Prazo:** mar-dez/2011.
- Análise:**
- Conforme descrito nos Produtos anteriores, em todos os eventos realizados com o Estado do Tocantins, foram convidadas a Delegacia do MDA, INCRA, articulações SDT e várias outras instâncias de governo (federal estadual e municipal).
- **Atividade 27.3:** Articular participação do ICMBIO, SFB, IBAMA nas instâncias de governança dos estados.
- Entidade responsável:** Secretaria Executiva do PNPSB.
- Prazo:** mar-dez/2011.
- Análise:**
- Conforme descrito nos Produtos anteriores, nos eventos realizados com o Estado do Tocantins, apenas o representante do ICMBio da RESEX Extremo Norte do Tocantins, participou de algumas das reuniões e eventos realizados.
- **Atividade 27.4:** Articular participação das SUREG nas instâncias de governança dos estados.
- Entidade responsável:** Secretaria Executiva do PNPSB.
- Prazo:** mar-dez/2011.
- Análise:**
- Conforme descrito nos Produtos anteriores, em alguns dos eventos realizados com o Estado do Tocantins, participaram representantes de SUREG/CONAB.
-

5 Análise da atuação dos Grupos de Ação por Estado

Por Grupos de Ação, entendem-se, os Pontos Focais institucionais ou Instâncias de Governança do PNPSB, ou seja, as referências ou elos que compartilham e contribuem com a gestão e a execução da estratégia de fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

Na estrutura do PNPSB, a estratégia é pactuada politicamente com Governos de Estado e/ou qualquer outra instituição pública estadual que possa partilhar da missão em uma parceria mútua, com a participação de organizações sociais, organizações não governamentais, empresas, universidades, etc., visando atender às demandas do extrativismo sustentável em âmbito local, estadual, nacional, e até no exterior.

Oficialmente, as instâncias de gestão do PNPSB, para a cadeia produtiva do babaçu, são:

- No Ceará, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), representada pelo Sr. Francisco Marcilio de Melo;
- No Maranhão, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário (SEDAGRO), representada pela Sra. Leida Souza;
- No Piauí, o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PI), representado pelo Sr. José Tadeu Santos Oliveira;
- No Tocantins, a Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, representada pela Sra. Marta Barbosa.

As pessoas que representam os Estados interagem diretamente com a Coordenação do PNPSB e sua Secretaria Executiva, com os representantes de outros parceiros do PNPSB, e principalmente, com organizações, instituições, empresas, etc. do extrativismo sustentável de APL, em Grupos de Trabalho e/ou Câmaras Técnicas estaduais, ligadas ao que deveria ser a Câmara Nacional da Sociobiodiversidade, conforme o organograma abaixo (FIGURA).

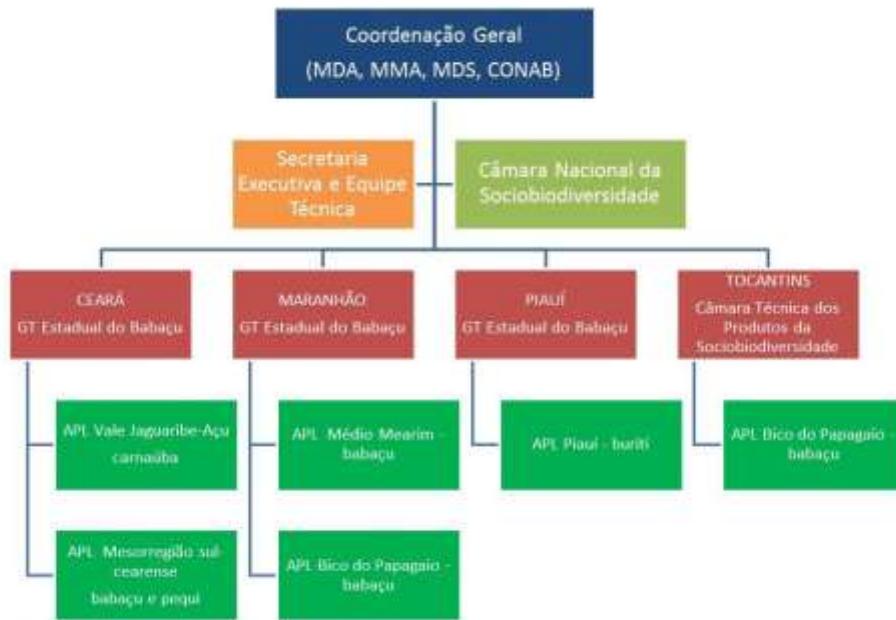


Figura 1: Relação entre as instâncias de governança do PNPSB (Mendonça, 2011).

Nos trabalhos desta consultoria, realizados em 2012, buscou-se entre outras coisas, estimular e facilitar a articulação das instâncias de governança dos estados prioritários e de seus planos de ação; bem como, articular com empreendimentos da cadeia produtiva do babaçu e dialogar com as organizações sociais, extrativistas e outras, visando promover o diálogo entre a Coordenação do PNPSB, os diferentes atores dos governos federal, estadual, municipal e da sociedade civil; nos Grupos de Trabalho e/Câmaras Técnicas Estaduais.

Conforme descrito nos Produtos anteriores, entre as instâncias de gestão do PNPSB para a Cadeia Produtiva do Babaçu, apenas a Câmara Técnica dos Produtos da Socio biodiversidade (CTPS) do Tocantins atuou de fato, realizando suas reuniões, envolvendo os atores das cadeias produtivas do Estado, discutindo seu Plano de Ação e apoiando o PNPSB na realização de seus objetivos (Produto 4).

Em outubro de 2012, o Grupo de Trabalho (GT) do Babaçu do Piauí, realizou uma reunião com o para chamar os atores das cadeias produtivas e discutir sobre a retomada da estratégia do PNPSB no Estado.

Ao final da reunião, ficou claro que os participantes acreditam na importância de fortalecer as cadeias produtivas da socio biodiversidade, concordam com a retomada da estratégia, mas necessitam de apoio técnico e financeiro para sua execução. Também ficou claro que a articulação da estratégia no PI foi personificada no Ponto Focal, ou seja, na pessoa e não nas instituições que a pessoa representa.

Mesmo realizando apenas uma reunião de GT em 2012, a perspectiva no PI é positiva, de retomada. No dia 12 de dezembro de 2012 o Sr Tadeu (Ponto FOCAL) enviou o seguinte e-mail:

"Amigo Fábio, depois do nosso último contacto, eu, Alvaro, Adalberto e Evando, montamos um calendário de reuniões, com o objetivo de implementarmos ações para CT da sociobio. Iniciamos com reunião entre nós, revendo os encaminhamentos da reunião dos dias 16 e 17/10. Dia 10/12, reunimos na Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMAR, discutimos e tivemos um apresentação sobre o ICMS Ecológico, infelizmente nenhum município ainda atendeu as exigências mínimas para participar do programa. Será feito um trabalho com os novos prefeitos tentando mostrar as vantagens do mesmo. Amanhã 13/12, estaremos em reunião com a FAPEPI- Fundação de Apoio a Pesquisa e na Sexta, visitaremos o CCA da Universidade Federal, para vermos os trabalhos com as ervas medicinais"

Nos Estados do Maranhão e Ceará, não aconteceram reuniões de GT. No Maranhão, os fatores que influenciaram foram a dificuldade em conciliar as agendas dos participantes nas reuniões, e mudanças na estrutura do Governo que dissolveram a Secretaria, que era Ponto Focal para o PNPSB, e pararam a execução da estratégia no Estado.

No Estado do Ceará, além da dificuldade em conciliar as agendas dos participantes, segundo o Ponto Focal do Estado, Sr Marcilio, a seca muito rigorosa deste ano foi o que mais dificultou os trabalhos do GT.

6 Análise dos avanços e/ou retrocessos em relação aos gargalos identificados na cadeia produtiva

Em 2009, a estratégia do PNPSB para o babaçu foi estruturada com base nos seguintes gargalos da cadeia produtiva:

- Deficiência nos serviços de apoio (ATER, Fomento e Crédito)
- Baixa capacidade organizativa da cadeia
- Baixa eficiência do modo de produção
- Acesso a Mercados
- Acesso aos babaçuais e vulnerabilidade dos estoques naturais

Na revisão do Plano de Ação, em 2010, foi incorporada a questão da baixa oferta de produtos com qualidade, em troca da baixa eficiência do modo de produção, resultando nos seguintes gargalos:

- Deficiência nos serviços de apoio (ATER, fomento e crédito)
- Baixa capacidade organizativa da cadeia
- Baixa oferta de produto com qualidade
- Acesso a Mercados
- Acesso e vulnerabilidade dos estoques Naturais.

Na revisão do PNPSB, em 2011, foi elaborado o Plano de Ação 2011-2014 para todas as Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade, resultando em uma nova forma de abordar os problemas de todas as cadeias produtivas, a partir de desafios em vez de gargalos.

Com isso, a estratégia de fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu, que era pautada nos gargalos da cadeia produtiva (planos de ação de 2009 e 2010), foi inserida em uma nova estratégia com os seguintes Desafios:

- Mercado;
- Organização Social e Econômica;
- Erradicação da Pobreza Extrema;
- Comunicação;
- Diretrizes para Sustentabilidade;
- Gestão no PNPSB.

Por estar pautada em desafios e não mais em gargalos, a maioria dos elementos da estratégia anterior não se enquadra na estratégia atual ou foram diluídos na estratégia geral para todas as

cadeias produtivas, o que dificulta a avaliação dos avanços e retrocessos com relação aos gargalos da cadeia produtiva do babaçu.

De qualquer forma, pode-se concluir que a sinergia entre os parceiros do PNPSB pode não estar acontecendo, como inicialmente pensado, com uma câmara nacional, câmaras estaduais, APLs articulados e planos de ação federais, estaduais, locais, etc., mas os gargalos da cadeia produtiva do babaçu vem sendo atacados individualmente pelos parceiros do PNPSB em 2012, por exemplo:

- O MDA lançou vários editais para ATER também para o público da sociobiodiversidade, contribuindo para a solução dos gargalos “Deficiência nos serviços de apoio (ATER, fomento e crédito)”, “Baixa oferta de produtos com qualidade” e “Acesso e vulnerabilidade dos estoques Naturais”;
- Juntos MMA, MDA, MDS e CONAB apoiaram a participação de representações de organizações sociais da sociobiodiversidade em vários eventos, reuniões, capacitações e feiras, como por exemplo, na Praça da Sociobiodiversidade da Rio+20, ou na Feira Nacional da Agricultura Familiar no Rio de Janeiro/RJ, e o 3º Congresso do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) em Macapá/AP, contribuindo para a solução dos gargalos “Baixa capacidade organizativa da cadeia” e “Acesso a Mercados”.

7 Análise comparativa entre a situação da cadeia antes e depois da implementação do Plano de Ação

Em 2012, a produção de amêndoas de babaçu, segundo o IBGE (2011), foi de 102.499 toneladas (Tabela 5), ou seja, aproximadamente 3,46% menor que em 2010, quando foram produzidas 106.055 toneladas.

Tabela 5: Quantidade de amêndoas de babaçu produzidas (toneladas) no Brasil entre 2000 e 2011 (IBGE, 2011).

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Brasil	116.889	114.563	113.935	113.395	118.723	119.031	117.150	114.874	110.636	109.299	106.055	102.499
Amazonas	1	1	1	1	11	11	11	12	12	13	12	9
Pará	19	17	17	17	17	23	24	27	30	32	28	29
Tocantins	1.953	1.806	1.835	1.982	2.113	967	846	356	345	537	626	385
Maranhão	108.043	106.016	105.357	104.466	109.982	111.730	110.418	108.745	104.479	102.777	99.460	96.160
Piauí	6.013	5.883	5.908	6.179	5.849	5.562	5.158	5.032	5.070	5.250	5.223	5.268
Ceará	416	425	419	360	387	368	354	358	359	354	354	341
Bahia	443	414	399	391	366	369	339	345	341	335	352	308

Ao analisar o comportamento da cadeia produtiva de babaçu, segundo os dados da quantidade de amêndoas produzidas no Brasil, nota-se que a produção vem diminuindo gradativamente (Gráfico 1), principalmente a partir de 2005, quando foram produzidas 119.031 toneladas de amêndoas, que comparando com a produção de 2011 representam uma queda de aproximadamente 16%, tendência que se repete nos Estados produtores, com exceção do Piauí aonde a produção vem aumentando um pouco nos últimos anos (Tabela 5).

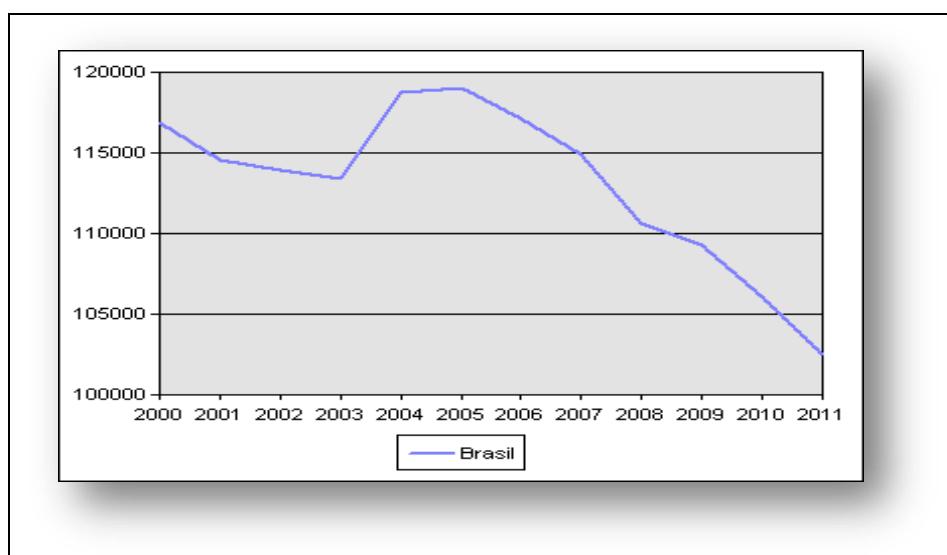


Gráfico 1: Queda na produção (toneladas) de amêndoas de babaçu no Brasil entre 2000 e 2011 (IBGE, 2011)

Apesar da queda na produção de amêndoas, o valor da produção está em alta (Gráfico 2), principalmente a partir de 2009, quando foram negociados R\$ 121.351,00 (Tabela 6), chegando a R\$ R\$ 142.208,00 em 2011.

Tabela 6: Valor da produção de amêndoas de babaçu no Brasil entre 2000 e 2011, em mil reais (IBGE, 2011)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Brasil	45.497	43.595	65.222	77.328	95.069	98.892	102.214	113.268	115.636	121.351	130.940	142.208
Amazonas	1	1	2	2	9	10	11	11	13	13	13	9
Pará	7	7	7	7	8	23	50	37	33	46	44	39
Tocantins	578	558	1.256	1.367	1.716	801	661	361	345	687	788	524
Maranhão	42.051	40.141	58.925	70.314	86.508	92.438	96.235	107.009	109.140	114.101	123.292	133.345
Piauí	2.437	2.477	4.207	4.870	6.015	4.934	4.583	5.144	5.425	5.821	6.027	7.474
Ceará	262	267	401	365	400	402	414	432	405	408	484	505
Bahia	160	145	425	403	414	283	261	274	275	275	291	313

Ao comprar os dados de 2011 com os de 2009, o volume de negócios no Brasil aumentou em aproximadamente 14%.

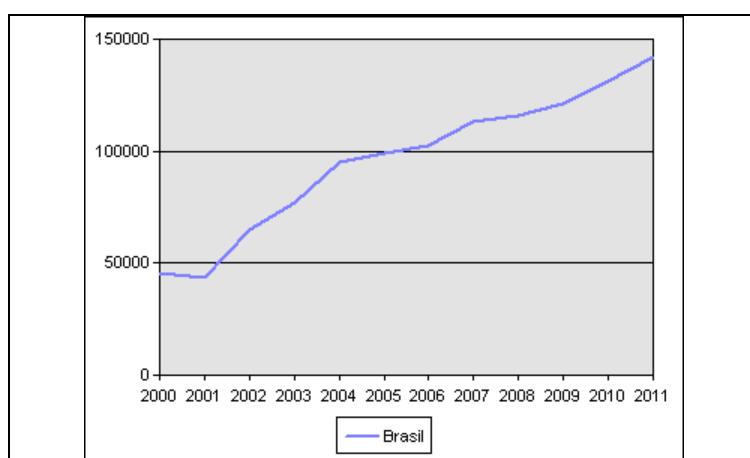


Gráfico 2: Alta no valor da produção (mil reais) de amêndoas de babaçu no Brasil (IBGE, 2011)

Ao analisar os dados de produção e valor da produção, pode-se concluir que o volume de negócios de amêndoas de babaçu tem melhorado por causa do Plano de Ação, por coincidir com o ano de 2009, quando iniciou a estratégia do PNPSB para o babaçu, principalmente considerando a política de Preços Mínimos da agricultura familiar que gradativamente vem possibilitando um preço mais justo para a produção de amêndoas.

Apesar da melhora no valor da produção, com relação à quantidade produzida, a princípio pode-se dizer que o plano de ação não contribuiu, o que pode não refletir a realidade, mesmo com a queda vertiginosa registrada na produção de amêndoas, considerando a dificuldade de se chegar a uma conclusão, diante da necessidade de realizar uma análise mais completa dos aspectos socioeconômicos e ambientais.

Para os outros produtos do babaçu, no contexto geral, a cadeia produtiva está melhor, visto que muitas organizações extrativistas tem conseguido acessar os mercados institucionais do PAA e PNAE, o que não acontecia antes do Plano de Ação ou acontecia de forma incipiente.

De qualquer forma, ainda há muito a ser feito, considerando que, apesar da estratégia ser bem estruturada, hoje ela não funciona como estratégia conjunta, em sinergia, mas sim de forma individual pelas ações dos órgãos do Governo Federal e Estados, o que pode estar refletindo, por exemplo, no fato de muitas Prefeituras ainda não comprarem a produção extrativista derivada de babaçu para a merenda escolar.

Talvez se a força do Governo Federal, no âmbito da Coordenação do PNPSB, ainda se fizesse presente de forma integrada, principalmente nos eventos promovidos nos Estados e Municípios, as políticas fossem mais potencializadas ainda.

Independente de especulações, o fato é que o Plano de Ação tem contribuído para o fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu.

8 Apresentação de sugestões para a continuidade do Plano de Ação

Os principais fatores que influenciaram na execução do Plano de Ação foram a mudança do foco específico no babaçu para o foco difuso em todas as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, a desarticulação da Coordenação do PNPSB, dos Pontos Focais dos Estados, a falta de uma Secretaria Executiva e o fato de a Câmara Nacional da Sociobiodiversidade nunca ter sido implantada.

Como sugestão para a continuidade sugere-se que seja feita uma revisão do PNPSB como um todo, na forma como foi elaborado, com seminários regionais, com a participação elos da Cadeia Produtiva do Babaçu, para que estes, junto com os órgãos governamentais e demais instituições avaliem a estratégia e pensem em sua continuidade, de forma participativa e em sinergia com todos os atores envolvidos.

9 Análise dos prazos, estrutura, condições de trabalho e outros, a respeito da consultoria

Com relação às condições de trabalho da consultoria, o aditamento da vigência do contrato foi necessário em razão do início dos trabalhos em janeiro de 2012, em período que a então Secretaria Executiva do PNPSB, e detentora das informações necessárias para a consecução do Produto 1, estava em férias, o que atrasou a entrega do referido produto, que começou a ser elaborado na semana em que deveria ser entregue, atrasando todos os outros produtos.

De qualquer forma, tal atraso não foi ruim, visto que dilatou o prazo para tentar articular com os Estados prioritários, visando atender aos objetivos dos Planos de Ação Nacional e Estaduais.

Outros fatores negativos foram: a desarticulação da Coordenação do PNPSB e desta com as instâncias gestoras dos Estados, a falta de reuniões de planejamento, de coordenação e de pontos focais, a falta - posteriormente – da Secretaria Executiva, e a falta de consolidação da Câmara Nacional da Sociobiodiversidade.

A estrutura e as condições de trabalho foram boas, dentro do possível e considerando o cenário do PNPSB em 2012. Apesar de não ter conseguido articular com os Estados do Ceará e Maranhão, no Tocantins a agenda do PNPSB está andando e no Piauí há indicativo real de retomada da agenda. De qualquer forma, mesmo no Tocantins, se o Governo Federal ainda tem o interesse em fazer andar a agenda do PNPSB conforme o Plano de Ação Vigente, com a participação dos Estados, será preciso reavaliar a estratégia, chamando todos os atores e repactuando os compromissos.

De forma geral, mesmo com as dificuldades, a realização dos trabalhos foi positiva e deixou frutos, sendo eles, principalmente, o fortalecimento da agenda do PNPSB no Tocantins, e os documentos técnicos sobre a regulamentação do uso e transporte do carvão de coco babaçu e a revisão dos modelos tecnológicos de aproveitamento integral do coco babaçu.